



BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco CNH Industrial Capital S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao primeiro semestre de 2018, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem como missão a promoção de financiamentos que fomentem a venda de máquinas, equipamentos, veículos comerciais e geradores produzidos pelas empresas do grupo CNH Industrial e de acordo com suas políticas de crédito.

O Banco CNH Industrial Capital S.A., em atendimento às exigências da Resolução nº 4.557 do CMN, e Circular nº 3.678 do Banco Central do Brasil, implementou, após a aprovação pelo Board, as políticas institucionais e a estrutura de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital. Detalhes sobre a estrutura do gerenciamento de riscos e de capital, inclusive quanto ao Adicional de Capital Principal (ACP) e Razão de Alavancagem (RA), podem ser consultadas no site: www.cnhindustrialcapital.com

A seguir descrevemos um resumo de cada estrutura de risco:

A) Risco Socioambiental - Atendendo à Resolução nº 4.327 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. estabeleceu e o Conselho de Administração aprovou a Política de Responsabilidade Socioambiental contendo as diretrizes que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação da Instituição com suas partes interessadas. A política baseia-se nos princípios de proporcionalidade com a natureza da Instituição, a complexidade das atividades e considera também o grau de exposição ao risco socioambiental de suas atividades e operações. A estrutura de Governança da PRSA é composta pela Diretoria e Conselho de Administração; Comitê de Responsabilidade Socioambiental; Diretor responsável pela PRSA; e área de gestão da PRSA.

B) Risco Operacional - Dentro dos princípios da Resolução nº 4.557 de 23/02/2017 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. tem definida uma política e estrutura de gerenciamento de Riscos Operacionais (RO) aprovada pelo Conselho de Administração. A estrutura de RO prevê a participação de diferentes agentes, os quais possuem funções e responsabilidades dispostas da seguinte forma: a) Comitê de Riscos realizado trimestralmente, que aborda as perdas operacionais relevantes. É composto pela Diretoria, pelos responsáveis pela gestão de RO e reportes diretos da Presidência. b) Uma área de gestão de RO que se subordina diretamente à diretoria de riscos, ligada à Presidência. A estrutura formalizada na política prevê atendimento aos procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionadas ao RO e prevê os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. Atendendo ainda ao Acordo de Basileia II o Banco CNH Industrial Capital S.A. vem gerenciando seus riscos, utilizando a abordagem básica na utilização de alocação de capital.

C) Risco de Mercado - Em conformidade com a Resolução nº 4.557, o Banco CNH Industrial Capital S.A. define como risco de mercado como a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de flutuações no mercado de posições detidas pelo Banco.

A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado envolve um conjunto de práticas e princípios que tem por objetivo identificar, mensurar, acompanhar e controlar as exposições sujeitas às oscilações dos preços de mercado e que, consequentemente, podem originar perdas financeiras.

O atual modelo de negócio do Banco CNH Industrial Capital S.A. não inclui nem prevê o uso de instrumentos / operações financeiras relacionadas a ações e/ou mercadorias (commodities). As operações de derivativos contratadas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. visam, exclusivamente, o hedge do descaçamento de prazos e indexadores do balanço do Banco, conforme Política definida pela matriz do Grupo.

As atribuições básicas na gestão de Risco de Mercado são: a) Monitorar e controlar a exposição a risco de mercado, conforme os limites estabelecidos nas políticas da Instituição; b) Recomendar, quando aplicável, alterações às políticas de gestão de Risco de Mercado; c) Identificar previamente os riscos inerentes a novas atividades e produtos; e d) Realizar simulações de condições extremas de mercado.

D) Risco de Crédito - Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui uma equipe específica para a gestão do Risco de Crédito e tem como missão, identificar, mitigar, controlar, mensurar e estimar as perdas associadas ao risco de crédito, através de um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos e processos vigentes, exigindo disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Faz parte do gerenciamento do risco de crédito: a) equipe específica de *Credit Risk Management*; b) políticas de crédito alinhadas com as normas globais do Grupo; c) modelos (scores) para concessão e manutenção do crédito; e d) equipe *underwriting* especializada e alçadas diferenciadas para a avaliação de cada proposta.

Para o Banco CNH Industrial Capital S.A. é de suma importância minimizar o risco e, por consequência, manter as perdas de crédito em um nível aceitável. Para tanto, executamos periodicamente desenvolvimentos, processos, análises e controles sobre toda a nossa carteira de crédito, tanto para a carteira ativa quanto para novas concessões. Dessa forma, estamos adequados às exigências dos órgãos reguladores, garantindo assim a aderência às leis e regulamentos vigentes.

Risco de Liquidez - Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17, o Banco CNH Industrial Capital S.A. mantém uma estrutura de gestão de Risco de Liquidez, bem como níveis adequados e suficientes de liquidez compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a esse risco. Para isso define Risco de Liquidez como:

I. A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II. A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Relativamente ao índice de Basileia, as instituições financeiras devem manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0% a 300%.

Em 30 de junho de 2018, o índice de Basileia do Banco CNH Industrial Capital S.A. era de 17,97%, conforme demonstrativo de resumo de cálculo abaixo:

	Junho de 2018
Patrimônio de referência nível I	1.402.206
Capital principal	1.402.206
Patrimônio líquido	1.408.233
Ajustes prudenciais, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN	(6.027)
Redução dos ativos diferidos, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN	0,00
Redução dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN (2)	0,00
Patrimônio de referência de Nível II	0,00
Soma dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN (2)	0,00
Dívida subordinada (3)	0,00
Dedução dos instrumentos de captação, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN (2)	0,00
Patrimônio de referência (a)	1.402.206
Risco de crédito	6.998.768
Risco de mercado	34.880
Risco operacional	802.846
Ativo ponderado pelo risco - RWA (b) (4)	7.836.494
Patrimônio de referência exigido (RWA)	7.801.614
- Índice de Basileia	17,97%
- Índice de Basileia Amplo (inclui RBAN)	17,88%
Capital nível I	17,97%
Capital nível II	0,00%
RAZÃO DE ALAVANCAGEM (RA)	17,20%
Margem (PR - PRE - RBAN)	729.317
Adicional de Capital Principal Mínimo (CPMínimo)	292.561
Margem para verificação do Adicional de Capital Principal	729.317
Adicional de Conservação de Capital Principal	146.280
Adicional de Contracíclico de Capital Principal	146.280
Adicional de Sistemico de Capital Principal	0,00
Margem sobre o Adicional de Capital Principal	436.757
Percentual de Restrição	0,00%
Margem Patrimônio de Referência - Rban	401.877

A) GERENCIAMENTO DE CAPITAL - Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui estrutura para o gerenciamento de capital para: a) monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição; b) avaliar as necessidades de capital considerando riscos inerentes às atividades da Instituição; e c) planejar as metas e a necessidade de capital, conforme objetivos estratégicos da Instituição.

As áreas responsáveis e envolvidas no acompanhamento e monitoramento dos itens inerentes à política e ao processo de Gerenciamento de Capital são: a) Diretoria Financeira: Responsável pelos processos e controles relativos à estrutura de Gerenciamento de Capital; b) FP&A: Responsável pela elaboração de projeções de Resultado e Balanço, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Banco, abrangendo o horizonte mínimo de três anos, bem como sua atualização anual; monitoramento e divulgação de impactos que possam alterar, significativamente, os cenários previamente estabelecidos, levantando possíveis riscos e/ou necessidade de revisão das estratégias contempladas no referido plano; c) Comitê de *Funding*: composto por membros das áreas de Tesouraria, Presidência e Diretoria Financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. e Fiat Chrysler Finanças, empresa do grupo FCA responsável por acompanhamentos macroeconômicos e de operações financeiras. Este Comitê é responsável também por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, bem como aprovar e promover mudanças na estratégia de *funding* do Banco.

OUIVODORIA - No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco CNH Industrial Capital S.A., atendendo ao disposto na Resolução nº 4.433, do Conselho Monetário Nacional, implantou sua Ouvidoria, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO - O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de produtos da CNH Industrial. Dentro desse cenário, 59,70% do total do portfólio corresponde a operações do segmento agrícola, 8,49% ao segmento de construção e 10,04% ao segmento de veículos. O Banco CNH Industrial Capital S.A. também opera com o financiamento de estoque de concessionários, o que corresponde a 21,78% do portfólio.

Considerando a característica dos produtos financiados, a utilização de linhas de crédito do BNDES, representa 68,92% do total de financiamentos da carteira. O resultado do semestre registrou um lucro, após a dedução da provisão para o imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 104.232 milhões por lote de mil ações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise e classificação das operações em níveis de risco, sendo julgada, pela Administração, suficiente para a cobertura de eventuais perdas. Ao final do semestre, o saldo da provisão considerando honras e *off book* era de R\$ 289.632 milhões representando 3,94% do valor da carteira de operações de crédito.

Curitiba, 23 de agosto de 2018. **A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

ATIVO	2018		2017		PASSIVO	2018		2017	
	Notas					Notas			
CIRCULANTE		4.443.820	3.831.077		CIRCULANTE		2.058.302	1.939.218	
Disponibilidades	4	25.066	16.538		Depósitos	9	238.546	251.934	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	818.670	595.660		Depósitos a prazo		238.546	251.934	
Aplicações no mercado aberto		125.193	190.298		Recursos de aceites e emissão de títulos	10	299.679	180.139	
Aplicações em depósitos interfinanceiros		693.477	405.362		Obrigações por emissão de letras imobiliárias		203.604	-	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	40		Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio		38.392	41.973	
Instrumentos financeiros derivativos		-	40		Obrigações por emissão de letras financeiras		57.683	138.166	
Operações de crédito	6.a	3.281.376	3.077.764		Obrigações por empréstimos e repasses	11	1.403.114	1.380.846	
Setor privado	6.c	3.458.873	3.328.410		Repasses do País - instituições oficiais		1.403.114	1.380.846	
Provisão para perdas em operações de crédito		(177.497)	(250.646)		Instrumentos financeiros derivativos	21	2.984	4.693	
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(252)	(485)		Outras obrigações		2.984	4.693	
Operações de arrendamento a receber:					Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		309	140	
Setor privado		8.907	14.647		Sociais e estatutárias		6.068	4.523	
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(8.738)	(14.311)		Fiscais e previdenciárias	7.b	48.785	60.966	
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(421)	(821)		Diversas	7.a	58.817	55.977	
Outros créditos		394.008	126.977						
Créditos por avais e fianças honrados	6.c	118	993						
Diversos	7.a	400.858	126.822						
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6.e	(6.968)	(838)						
Outros valores e bens		13.775	14.538						
Outros valores e bens		17.690	20.008						
Provisão para desvalorizações		(6.411)	(6.736)						
Despesas antecipadas		2.496	1.266						
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.784.867	3.381.222		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		4.604.497	3.863.305	
Operações de crédito	6.a	3.500.403	3.147.380		Depósitos	9	382.264	508.487	
Setor privado	6.c	3.604.236	3.268.427		Depósitos a prazo		382.264	508.487	
Provisão para perdas em operações de crédito		(103.833)	(121.047)		Recursos de aceites e emissão de títulos	10	545.417	124.605	
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(220)	(436)		Obrigações por emissão de letras imobiliárias		464.960		
Operações de arrendamento a receber:					Obrigações por emissão de letras financeiras		80.457	124.605	
Setor privado		5.316	12.181		Obrigações por empréstimos e repasses	11	3.622.955	3.176.084	
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(5.316)	(12.181)		Repasses do País - instituições oficiais		3.622.955	3.176.084	
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(220)	(436)		Instrumentos financeiros derivativos	21	1.957	-	
Outros créditos		195.861	234.278		Outras obrigações		1.957	-	
Créditos por avais e fianças honrados	6.c	-	24		Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		51.904	54.129	
Diversos	7.a	195.863	234.255		Fiscais e previdenciárias	7.b	5.260	5.402	
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6.e	(2)	(1)		Diversas	7.a	46.644	48.727	
PERMANENTE		40.159	51.100						
Investimentos		9.487	2.713		RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	12	197.814	182.165	
Participações em coligadas e controladas		8.732	2.033		Resultados de exercícios futuros		197.814	182.165	
Outros investimentos		1.262	1.187						
Provisão para perdas		(507)	(507)		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	1.408.233	1.278.711	
Imobilizado de uso		4.920	3.843		Capital - de domiciliados no exterior		934.137	885.597	
Outras imobilizações de uso		12.340	11.574		Capital - de domiciliados no País		6.314	5.986	
Depreciações acumuladas		(7.420)	(7.731)		Reserva de capital		113.908	113.908	
Imobilizado de arrendamento	8.a	19.726	34.173		Reserva de lucros		355.268	275.243	
Bens arrendados		37.762	63.125		Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários		(1.394)	(2.023)	
Superveniência de depreciação		11.690	12.005						
Depreciações acumuladas		(32.671)	(40.957)						
Perdas em arrendamento a amortizar		2.945	-						
Intangível	8.b	6.026	10.371						
Ativos intangíveis		30.351	29.289						
Amortização acumulada		(24.325)	(18.918)						
Total		8.268.846	7.263.399		Total		8.268.846	7.263.399	



BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Notas	1º semestre de 2018	1º semestre de 2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		431.760	426.244
Operações de crédito	6.a	399.746	388.979
Operações de arrendamento mercantil	6.b	8.354	11.374
Operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	5	20.319	28.176
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	21	(2.616)	(2.285)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		5.957	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(168.936)	(207.108)
Captações no mercado	9	(35.773)	(65.169)
Empréstimos, cessões e repasses	11	(116.165)	(82.101)
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(6.791)	(8.910)
Provisão para perdas com créditos		(10.207)	(50.928)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		262.824	219.136
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(69.332)	(61.894)
Receitas de prestação de serviços		1.977	3.748
Despesas de pessoal		(24.039)	(23.488)
Outras despesas administrativas	15	(36.845)	(34.886)
Despesas tributárias		(15.419)	(11.955)
Resultado de participações em coligadas e controladas		3.866	1.934
Outras receitas operacionais	16	7.492	9.364
Outras despesas operacionais	17	(6.364)	(6.611)
RESULTADO OPERACIONAL		193.492	157.242
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		1.029	(2.944)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E AS PARTICIPAÇÕES		194.521	154.298
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	(87.391)	(70.861)
Imposto de renda corrente		(35.756)	(43.578)
Contribuição social corrente		(28.448)	(34.730)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(23.187)	7.447
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NO LUCRO		(2.898)	(2.580)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		104.232	80.857
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		110,83	90,69

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	1º semestre de 2018	1º semestre de 2017
1 - RECEITAS	433.300	392.418
Intermediação financeira	431.760	426.244
Prestação de serviços	1.977	3.748
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.207)	(50.928)
Outras receitas operacionais	7.492	9.364
Outras receitas não operacionais	2.278	3.990
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(158.729)	(156.180)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(40.852)	(44.721)
Materiais, energia e outros	(1.773)	(1.761)
Serviços de terceiros	(2.104)	(2.239)
Outras despesas administrativas	(29.362)	(27.176)
Outras despesas operacionais	(6.364)	(6.611)
Outras despesas não operacionais	(1.249)	(6.934)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 + 2 + 3)	233.719	191.517
5 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(3.266)	(3.187)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4 + 5)	230.453	188.330
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	3.866	1.934
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	234.319	190.264
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	22.488	22.034
Remuneração direta	18.394	18.037
Benefícios	2.569	2.619
F.G.T.S.	1.525	1.378
Impostos, taxas e contribuições	107.259	86.850
Federais	106.756	86.345
Estaduais	124	50
Municipais	379	455
Remuneração de capitais de terceiros	340	523
Aluguéis	340	523
Remuneração de capitais próprios	104.232	80.857
Lucros retidos	104.232	80.857
Total	234.319	190.264

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	1º semestre de 2018	1º semestre de 2017	1º semestre de 2018	1º semestre de 2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido	104.232	80.857		
Ajustes ao lucro líquido	60.488	48.798		
Depreciações e amortizações	3.266	3.187		
Depreciação de arrendamento mercantil	6.699	8.425		
Superveniência / insuficiência de depreciação	(1.233)	1.200		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.207	50.928		
Provisão para desvalorização - bens não de uso	(425)	333		
Provisão para contingências	4.290	2.900		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.187	(7.447)		
Aumento / (diminuição) em resultados de exercícios futuros	14.338	(10.477)		
Ajuste ao valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	159	(251)		
Variação em ativos e passivos	401.300	236.383		
Redução / (aumento) em títulos e valores mobiliários	(49)	1.424		
Redução / (aumento) em operações de crédito e de arrendamento	550.721	441.018		
Redução / (aumento) em outros créditos	(252.163)	5.495		
Redução / (aumento) em outros valores e bens	(1.638)	(1.981)		
Aumento / (redução) em depósitos	(283.178)	(79.796)		
Redução / (aumento) em imobilizado de arrendamento	949	219		
Redução em obrigações por empréstimos e repasses	(212.376)	(141.922)		
Aumento / (redução) em outras obrigações	(65.632)	20.048		
Redução em captação no mercado aberto	664.666	(8.122)		
Caixa líquido originado em atividades operacionais	566.020	366.038		
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Alienação / (aquisição) em imobilizado de uso			95	(2.083)
Alienação / (aquisição) de bens não de uso próprio			4.930	7.331
Alienação / (aquisição) de investimentos			(3.896)	(2.087)
Aplicação / (baixa) no ativo diferido			-	2.126
Aplicação / (baixa) no ativo intangível			(15)	(83)
Alienação / (aquisição) de operações compromissadas			(403.226)	-
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento			(402.112)	5.204
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos			(70.000)	-
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos			(70.000)	-
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa			93.908	371.242
Caixa e equivalentes de caixa no início do período			346.602	241.001
Caixa e equivalentes de caixa no final do período			440.510	612.243
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa			93.908	371.242

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Notas	Capital social realizado	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	Lucros / prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		891.583	113.908	194.386	(1.772)	-	1.198.105
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	(251)	-	(251)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	80.857	80.857
Destinações:							
Reserva legal		-	-	4.043	-	(4.043)	-
Reserva outras		-	-	76.814	-	(76.814)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017		891.583	113.908	275.243	(2.023)	-	1.278.711
Mutações do semestre		-	-	80.857	(251)	-	80.606
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		940.451	113.908	321.036	(1.553)	-	1.373.842
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	159	-	159
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	104.232	104.232
Dividendos pagos		-	-	(70.000)	-	-	(70.000)
Destinações:							
Reserva legal		-	-	5.212	-	(5.212)	-
Reserva outras		-	-	99.020	-	(99.020)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018		940.451	113.908	355.268	(1.394)	-	1.408.233
Mutações do semestre		-	-	34.232	159	-	34.391

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco") foi constituído em 9 de novembro de 1998 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 4 de janeiro de 1999. As atividades operacionais tiveram início em 5 de abril de 1999. Em 20 de março de 2014, conforme aprovação do BACEN, o Banco teve sua denominação social alterada para Banco CNH Industrial Capital S.A. O Banco CNH Industrial Capital S.A. está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil, passando a operar no repasse de linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME) a partir de abril de 1999. Atualmente, as operações do Banco são voltadas ao financiamento para a aquisição de produtos da CNH Industrial Brasil Ltda., através das linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), crédito ao consumidor - CDC, operações de arrendamento mercantil e empréstimo de capital de giro. O Banco CNH Industrial Capital S.A. passou a financiar as operações da rede de concessionárias e clientes IVECO Latin America Ltda. ("IVECO"), em virtude de uma reorganização mundial das empresas da CNH Industrial, a partir de janeiro de 2014.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN. A diretoria autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras em 24 de agosto de 2018.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- (a) Pronunciamento conceitual básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- (b) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- (c) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- (d) CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- (e) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- (f) CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- (g) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- (h) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- (i) CPC 24 - Contabilização e Divulgação de Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução nº 3.973/11;
- (j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- (k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- (l) CPC 33 - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução nº 4.424/15.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.



BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "pro rata" dia.

b) Fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa o Banco utiliza o método indireto segundo o qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos:

- Das transações que não envolvem caixa;
- De quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e
- De itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento / resgate original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, na data da contratação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado; títulos disponíveis para venda - avaliados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Conforme determinado na Circular BACEN nº 3.082/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de swap são avaliados e o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados em receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge* - em conta de receita ou despesa no resultado do período.
- Instrumentos financeiros considerados como *hedge* - são classificados como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa.

f) Provisão para perdas em operações de crédito

A provisão para perdas em operações de crédito, avais e fianças e de arrendamento mercantil foi constituída com base na análise individual dos créditos a receber, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo considerada suficiente pela Administração para a cobertura de riscos com eventuais perdas. Adicionalmente, foi observado o conteúdo da Resolução CMN nº 3.749/2009, que estabelece critérios para a classificação de operações de crédito rural, objeto de renegociação.

g) Bens não de uso próprio

Está representado por bens não de uso próprio da Instituição, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário.

h) Arrendamento mercantil

As depreciações sobre os bens arrendados são registradas, mensalmente, de forma linear com base nos respectivos prazos usuais de vida útil, reduzidos em 30%, exceto para os contratos com pessoas físicas, que são depreciados de acordo com os prazos normais e com a legislação fiscal vigente.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "Valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil.

Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença apurada entre o valor contábil de arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, às respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superveniência ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são registrados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade e registrado pelo custo de aquisição. Está composto por direito de uso de linha de negócios adquiridos junto a terceiros, com amortização linear e de acordo com o prazo previsto em contrato de cinco anos.

j) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Outros créditos - créditos tributários" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

k) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos "pro rata temporis".

l) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/2009, do CMN que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

m) Provisões para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre). A contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 20%.

O Banco registra imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, os quais serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas, e estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - diversos" e "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" e refletidos no resultado do exercício. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

n) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas. Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

o) Resultado de exercícios futuros

Referem-se às receitas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros, sendo que já devem ser deduzidas dos custos e despesas correspondentes, incorridos ou a incorrer, incluindo rendimentos não restituíveis. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos "pro rata" dia.

p) Lucro líquido por lote de mil ações

O lucro líquido por lote de mil ações foi calculado com base no número de ações em circulação na data-base de 30 de junho de 2018.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Disponibilidades.....	25.066	16.583
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5).....	415.444	595.660
Total	440.510	612.243

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Título	2018			2017	
	Circulante até 3 meses	Circulante acima de 3 meses	Total	Circulante até 3 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	290.252	403.226	693.477	405.362	405.362
Operações compromissadas	125.193	-	125.193	190.298	190.298
Total	415.444	403.226	818.670	595.660	595.660

Em 30 de junho de 2018, o Banco apurou uma receita com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, no montante de R\$ 20.319 (R\$ 28.176 em 2017).

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:

	2018	2017
Circulante		
Repasse no país - BNDES FINAME	1.650.395	1.504.586
Empréstimos e financiamentos	1.808.478	1.823.824
Provisão para perdas em operações de crédito	(177.497)	(250.646)
Subtotal.....	3.281.376	3.077.764

Realizável a longo prazo

Repasse no país - BNDES FINAME	3.408.378	3.070.916
Empréstimos e financiamentos.....	195.858	197.511
Provisão para perdas em operações de crédito	(103.833)	(121.047)
Subtotal.....	3.500.403	3.147.380
Total	6.781.779	6.225.144

Em 30 de junho de 2018, o Banco apurou receitas com operações de crédito no montante de R\$ 399.746 (R\$ 388.979 em 2017).

b) A carteira de arrendamento mercantil está composta da seguinte forma:

O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil, são apresentados em diversas rubricas patrimoniais, as quais são resumidas a seguir:

	2018	2017
Arrendamentos a receber.....	14.223	26.828
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(14.054)	(26.492)
Bens arrendados (Nota 8.a).....	37.762	60.410
Superveniência de depreciação (Nota 8.a)	11.690	12.005
Depreciação acumulada de bens arrendados (Nota 8.a).....	(29.909)	(38.459)
Perdas a amortizar de arrendamento (Nota 8.a).....	2.945	-
(-) Amortização acumulada em arrendamento (Nota 8.a)	(2.762)	-
Perda em arrendamento a amortizar (*)	-	2.715
Amortização acumulada do diferido (*)	-	(2.498)
Credores por antecipação de valores residuais (Nota 7.a).....	(7.454)	(11.325)
Total	12.441	23.184

(*) Em atendimento à Carta-Circular nº 3.791, de 1º de dezembro de 2017, o Banco efetuou reclassificações de rubricas contábeis no Plano Contábil (COSIF).

Em 30 de junho de 2018, o Banco apurou receitas com Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 8.354 (R\$ 11.374 em 2017) e despesas com Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 6.791 (R\$ 8.910 em 2017). O Banco registrou provisão para perdas no montante de R\$ 641 (R\$ 1.257 em 2017).

c) A composição da carteira de operações de crédito, de arrendamento mercantil, devedores por compra de valores e bens e avais e fianças honrados, por tipo de cliente e atividade econômica é como segue:

	2018	2017
SETOR PRIVADO		
Rural.....	4.281.459	3.737.380
Comércio.....	1.260.351	1.095.629
Serviços.....	1.633.438	1.430.040
Pessoa física.....	166.639	357.989
Total da carteira	7.341.887	6.621.038

	2018	2017
CIRCULANTE		
Operações de crédito.....	3.458.873	3.180.843
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	7.791	12.657
Devedores por compra de valores e bens.....	265.902	147.567
Créditos por avais e fianças honrados	118	993
Subtotal.....	3.732.684	3.342.060

	2018	2017
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Operações de crédito.....	3.604.236	3.268.427
Valor presente das operações de arrendamento mercantil	4.650	10.527
Devedores por compra de valores e bens.....	317	-
Créditos por avais e fianças honrados	-	24
Subtotal.....	3.609.203	3.278.978
Total da carteira	7.341.887	6.621.038

d) Apresentação da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, devedores por compra de outros valores e bens e avais e fianças honrados, de acordo com os níveis de risco

Nível de risco	2018				2017			
	Em curso normal	Vencidos	Total	Total	Em curso normal	Vencidos	Total	Total
Operações	Operações	Provisões	Operações	Provisões	Operações	Provisões	Operações	Provisões
AA.....	905.930	-	905.930	-	823.019	-	-	-
A.....	2.306.769	11.534	2.306.769	11.534	2.007.735	10.039	-	-
B.....	1.934.338	19.343	1.990.047	19.900	1.624.090	16.241	-	-
C.....	1.052.907	31.588	1.152.105	34.564	1.076.851	32.306	-	-
D.....	706.878	70.688	90.122	9.012	797.000	806.467	-	-
E.....	16.640	4.992	8.817	2.645	25.457	7.637	-	-
F.....	15.283	7.641	25.040	12.520	40.323	20.161	-	-
G.....	5.703	3.992	23.667	16.567	29.370	20.559	-	-
H.....	34.342	34.342	60.544	60.544	94.886	94.886	-	-
Total	6.978.790	184.120	363.097	104.821	7.341.887	288.941	6.621.038	373.789

A tabela abaixo contempla as provisões de garantias prestadas registradas em conta de compensação "Garantias prestadas - em curso normal", cuja provisão para perdas está registrada no passivo na rubrica de "Outras obrigações", como segue:

Nível de risco	Garantias prestadas - em curso normal - FINAME BNDES			
	2018		2017	
Operações	Operações	Provisões	Operações	Provisões
AA.....	192	-	2.659	-
A.....	552	3	6.607	33
B.....	380	4	3.767	38
C.....	312	9	3.490	105
D.....	277	28	1.018	102
E.....	30	9	90	26
F.....	-	-	280	139
G.....	-	-	-	-
H.....	-	-	-	-
Total	638	638	1.400	1.400
Total	2.381	691	19.311	1.843



BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

e) Provisão para garantias prestadas

O Banco é responsável por recomprar parcelas vencidas e contratos de repasse BNDES FINAME não honrados, conforme contratos de convênios firmados junto a outras instituições financeiras. Em 30 de junho de 2018, as coobrigações e riscos com garantias prestadas pelo Banco montavam R\$ 2.381 (R\$ 19.311 em 2017). O valor total das garantias prestadas recompradas referentes a essas operações de repasse vencidas montavam R\$ 118 em 30 de junho de 2018 (R\$ 1.017 em 2017), e estão registradas na conta de "Créditos por avais e fianças honradas". Em 30 de junho de 2018, o Banco possui provisão no montante de R\$ 691 (R\$ 1.843 em 2017), registrada no passivo na conta "Provisão para passivos contingentes" referente às garantias prestadas em curso normal e R\$ 6.970 (R\$ 1.419 em 2017), registrada no ativo na conta "Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa" referente às garantias já honradas.

f) Movimentação da provisão para perdas com crédito

A movimentação da provisão para perdas com créditos, a qual inclui, além das operações de crédito, as operações de arrendamento mercantil, é como segue:

	1º semestre de 2018		1º semestre de 2017	
	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas
Saldo no início do período	908	332.593	2.322	403.575
Complemento reversão da provisão para perdas com créditos	(217)	10.424	(479)	51.406
Parcela utilizada (compensação como prejuízo)	-	(54.076)	-	(81.193)
Saldo final	691	288.941	1.843	373.788

Os créditos recuperados no semestre somaram R\$ 37.601 (R\$ 32.470 em 2017) e os créditos renegociados somaram R\$ 9.964 (R\$ 16.873 em 2017).

7. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Diversos

	2018	2017
Outros créditos - circulante		
Titulos e créditos a receber (c)	265.902	-
Créditos tributários (Nota 13.c)	88.823	88.995
Valores a receber de sociedades ligadas (a) (Nota 18)	22.101	12.082
Imposto a compensar	15.022	14.497
Outros	9.010	11.248
Total	400.858	126.822
Outros créditos - longo prazo		
Créditos tributários (Nota 13.c)	188.373	227.743
Devedores de depósito em garantia	7.173	6.512
Titulos e créditos a receber	317	-
Total	195.863	234.255
Outras obrigações - circulante		
Valores a pagar - sociedades ligadas	-	1.527
Credores por antecipação de valor residual em garantia	4.668	6.183
Parcelas recebidas e não baixadas (b)	30.316	23.479
Valores a pagar - convênios (Nota 6.f)	691	1.776
Provisão para pagamentos a efetuar	11.158	5.434
Despesas de pessoal	6.647	7.397
Outras despesas administrativas	5.336	10.181
Total	58.817	55.977
Outras obrigações - longo prazo		
Valores a pagar - sociedades ligadas	691	-
Provisão para passivos trabalhistas (Nota 20)	11.544	11.746
Provisão para passivos cíveis (Nota 20)	7.981	6.865
Provisão para passivos fiscais (Nota 20)	23.642	24.907
Credores por antecipação de valor residual de garantia	2.786	5.142
Valores a pagar - convênios (Nota 6.f)	-	67
Total	46.644	48.727

b) Fiscais e previdenciárias

	2018	2017
Fiscais e previdenciárias - circulante		
Impostos e contribuições a recolher	48.785	60.966
Total	48.785	60.966
Fiscais e previdenciárias - longo prazo		
Provisão para impostos diferidos (Nota 13.b)	5.260	5.402
Total	5.260	5.402

(a) Referente à compra pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. de créditos de titularidade de empresas não financeiras do Grupo CNH Industrial, sem coobrigação do cedente.

(b) O Banco recebeu dos clientes parcelas de pagamento de operações de crédito que foram identificadas e não baixadas, contabilmente, até o encerramento do balanço em 30 de junho de 2018. Tais parcelas são baixadas no mês subsequente em até cinco dias úteis.

(c) Em janeiro de 2018, houve a reclassificação entre contas COSIF, o registro das operações de crédito - recebíveis adquiridos da Fábrica, conforme, Carta-Circular nº 3.769, de 20 de junho 2016.

8. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

	2018	2017
Veículos e afins (Nota 6.b)	37.762	60.410
Superveniência de depreciação (Nota 6.b)	11.690	12.005
Depreciação acumulada (Nota 6.b)	(29.909)	(38.459)
Perdas em arrendamento a amortizar	2.945	2.715
Amortização acumulada do diferido	(2.762)	(2.498)
Total	19.726	34.173

Movimentação da superveniência de depreciação

	2018	2017
Saldo inicial	10.687	14.290
Superveniência / (insuficiência) de depreciação do período	1.189	515
Prejuízo do período	(186)	(2.800)
Saldo final	11.690	12.005

No semestre findo em 30 de junho de 2018, foram registrados R\$ 1.189 de insuficiência de depreciação (R\$ 515 de insuficiência de depreciação em 2017) em contrapartida de receitas de operação de arrendamento mercantil. O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

b) Intangível

	2018	2017
Intangível	30.351	29.289
(-) Amortização acumulada de ativos intangíveis	(24.325)	(18.918)
Total	6.026	10.371

Movimentação da amortização

	2018	2017
Saldo inicial	(21.556)	(16.089)
Amortização do período	(2.769)	(2.829)
Saldo final	(24.325)	(18.918)

Em 30 de dezembro de 2013, foi firmado entre o Banco Fidis S.A. e o Banco CNH Industrial Capital S.A. com anuência da Iveco Latin America Ltda., Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações, o qual transfere o direito de uso de linha de negócios pelo Fidis ao Banco CNH Industrial Capital S.A., para prestação de serviços financeiros aos Clientes Finais, Concessionários e à Iveco. O valor da operação está sendo amortizado em cinco anos com o prazo contratual correspondendo à taxa de 20% ao ano.

9. DEPÓSITOS

Título	2018					Total	2017
	Circulante		Exigível a longo prazo				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos		
CDB (*)	21.682	216.864	135.571	241.271	5.422	620.810	760.421
Total	21.682	216.864	135.571	241.271	5.422	620.810	760.421

(*) A taxa média verificada para as operações de depósitos a prazo no semestre foi de 98,54% do CDI (97,62% em 2017).

(*) Em 30 de junho de 2018, o Banco apurou uma despesa com captação no mercado no montante de R\$ 35.773 (R\$ 65.169 em 2017).

10. RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS, LETRAS IMOBILIÁRIAS E HIPOTECÁRIAS, DEBÊNTURES E SIMILARES

Título	2018			Total	2017
	Circulante	Exigível a longo prazo	Total		
LCA	38.391	-	38.391	41.973	
LF	57.683	80.457	138.140	262.771	
LCI	203.605	464.960	668.565	-	
Total	299.679	545.417	845.096	304.744	

A taxa média verificada para as operações de aceites cambiais no ano foi de 97,98% do CDI (107,50% em 2017).

11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Em 30 de junho de 2018, o saldo de R\$ 1.403.114 e R\$ 3.622.995 no circulante e não circulante, respectivamente, (R\$ 1.380.846 e R\$ 3.176.084 em 2017) referem-se a repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (modalidade BNDES FINAME), com vencimentos até 2026 e com encargos à taxa prefixada entre 1,5% e 11,00% ao ano ou pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e Taxa de Longo Prazo (TLP), acrescida de juros entre 1,0% e 3,0% ao ano. Em 30 de junho de 2018, o Banco apurou uma despesa com empréstimo e repasse no montante de R\$ 116.165 (R\$ 82.101 em 2017).

12. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Representados por R\$ 197.814 em 30 de junho de 2018 (R\$ 182.165 em 2017), referem-se às receitas de juros recebidas antecipadamente, oriundas substancialmente da parte relacionada à CNH Industrial Capital S.A. e sua rede de concessionárias, as quais são registradas como resultados de exercícios futuros e apropriadas para o resultado, conforme os prazos dos correspondentes contratos de operação de crédito.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do resultado de IRPJ e CSLL

	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	191.623	151.718
Encargos (Imposto de renda e contribuição social) às alíquotas nominais de 25% e 20%, respectivamente	(86.231)	(68.273)
Efeito das exclusões (adições) permanentes / temporárias:	(1.160)	(2.588)
Efeito de outra adição / exclusão do semestre / exercício	1.325	568
Variação do diferido	(2.547)	(3.156)
Ajustes de anos anteriores	62	-
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre diferido	(87.391)	(70.861)

b) Composição dos créditos tributários de IRPJ e CSLL diferidos

Descrição	2018	2017
Provisão para perdas com créditos (a)	196.136	237.781
Provisão para perdas com Cédula de Crédito Rural (CPR)	1.060	1.060
Provisão para contingências	5.296	5.387
Provisão para desvalorização de bens não de uso	2.885	3.031
COFINS Lei nº 9.718	82.961	71.701
Outros	(11.142)	(2.222)
Total do crédito tributário	277.196	316.738
Imposto de renda diferido passivo sobre superveniência de depreciação	(5.260)	(5.402)
Subtotal	(5.260)	(5.402)
Créditos tributários - líquidos	271.936	311.336

(a) O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre a provisão para créditos e liquidação duvidosa sobre os contratos de operações de crédito e de arrendamento financeiro é composto, basicamente, por parte da provisão existente de R\$ 196.136 acrescida dos créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430/96.

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações e o atual cenário econômico, a Administração considera que os créditos tributários registrados em 30 de junho de 2018, atendem aos requerimentos dados pela Resolução nº 3.059/02 e Resolução nº 3.355/06 do CMN (Conselho Monetário Nacional) e serão realizados nos seguintes prazos:

Ano	2018	2017
2017	-	26.577
2018	36.293	124.836
2019	105.060	47.233
2020	38.814	47.233
2021	38.814	47.233
2022	38.813	23.626
2023	19.402	-
Total	277.196	316.738

O valor presente dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, considerando a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários, é de R\$ 238.450 (R\$ 249.216 em 2017).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 940.451.054 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 934.136.865 ações pertencentes à CNH Industrial N.V. com sede na Holanda, e 6.314.189 ações da CNH Industrial Latin America Ltda. A distribuição de dividendos está sujeita à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

O Banco realizou aumento do capital social, no montante de R\$ 48.868 (emissão de 48.868.000 ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 cada uma), conforme descrito na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de setembro de 2017.

b) Reserva de capital

A reserva de capital é decorrente, substancialmente, de ágio na subscrição de ações, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital social.

c) Reserva de lucros

A reserva de lucros refere-se ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal, permanecendo nesta condição até que o Conselho de Administração delibere por sua destinação definitiva, em conformidade com as disposições estatutárias. Em 30 de junho de 2018, foi constituída reserva de lucros no montante de R\$ 104.232, com utilização do lucro líquido do semestre. Ademais, houve constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro, no montante de R\$ 5.212.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Para a remuneração do capital aos seus acionistas, o Banco adota como prática distribuir dividendos ou pagar juros sobre capital próprio condizente com o resultado apurado no exercício.

Em 18 de maio de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o pagamento aos acionistas de dividendos no montante bruto de R\$ 70.000 oriundos de Lucros registrado na rubrica "reservas especiais de lucros".



BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75
Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesas de serviços técnicos especializados (a)	(8.665)	(7.486)
Despesas de serviços de terceiros (b)	(4.373)	(3.152)
Despesas de processamento de dados	(1.686)	(1.452)
Despesas de emolumentos judiciais e cartoriais	(2.837)	(2.991)
Despesas de viagens e transportes	(1.282)	(1.070)
Despesas de promoções e publicidade (c)	(8.353)	(9.024)
Despesa de serviço do sistema financeiro	(2.225)	(1.844)
Despesas de amortização e depreciação	(3.266)	(3.187)
Despesas de comunicações	(107)	(97)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(1.758)	(1.747)
Outras despesas administrativas	(2.293)	(2.836)
Total	(36.845)	(34.886)

- (a) Referem-se substancialmente a serviços de assessores jurídicos, no montante de R\$ 4.865 (R\$ 4.004 em 2017).
- (b) Referem-se substancialmente a serviços de cobrança, no montante de R\$ 2.309 (R\$ 2.103 em 2017), utilização de serviços técnicos de contabilidade, impostos, serviços financeiros e serviços de análise de crédito R\$ 2.064 (R\$ 1.049 em 2017) e outros prestadores de serviços.
- (c) Referem-se substancialmente a serviços de promoções e relações públicas no montante de R\$ 7.086 (R\$ 7.758 em 2017), e outros prestadores de serviços no montante de R\$ 1.268 (R\$ 1.266 em 2017).

16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Outras rendas operacionais	5.109	3.800
Recuperação de encargos e despesas	2.383	5.564
Total	7.492	9.364

17. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Despesas de fianças bancárias (a)	(813)	(1.797)
Despesas com provisão para contingências (b)	(4.290)	(2.900)
Despesas descontos concedidos em renegociações	(1)	(59)
Despesas de vistorias de bens financiados	(578)	(717)
Despesas de comissões	(67)	(192)
Outras despesas operacionais	(615)	(946)
Total	(6.364)	(6.611)

- (a) O valor refere-se a despesas com fiança bancária garantidoras das operações com o BNDES.
- (b) O valor refere-se a despesas com provisões para contingências cíveis e trabalhistas.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

	1º semestre de 2018		1º semestre de 2017	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Depósitos (CDB e LCA)	(9.095)	(737)	(2.719)	(1.551)
Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda.	(465)	(3)	(433)	(3)
Fiat Chrysler Participações Brasil S.A.	-	-	(341)	-
CNH Latin América Ltda.	(27)	-	(202)	(2)
Iveco Latin América Ltda.	-	(43)	-	(15)
CNH Industrial Capital Corretora de Seguros Ltda.	(8.589)	-	(1.729)	-
Demais empresas	(14)	-	(14)	(3)
CNH Industrial NV	-	(691)	-	(1.527)
Serviços prestados	(298)	1.843	(322)	1.838
Fiat Chrysler Finanças Brasil Ltda.	(280)	1.706	(280)	1.706
Fiat Chrysler Participações Brasil S.A.	(18)	137	(42)	132
Outros créditos e obrigações	22.792	(648)	13.609	8.179
CNH Industrial NV	691	(691)	1.527	(1.527)
CNH Latin América Ltda.	22.101	43	12.082	9.706

19. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Os benefícios de curto prazo são compostos pela remuneração fixa para cada semestre, bem como pela remuneração variável, provisionada e paga em cada semestre, e totalizaram no semestre R\$ 2.382 (R\$ 1.899 em 2017). A Instituição não proporciona benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Conforme legislação em vigor, não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a Diretores, respectivos cônjuges e parentes até 2º grau.

20. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

O Banco questiona judicialmente certas contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. Com base no atual estágio dos referidos processos, na avaliação da Administração e na opinião de seus assessores jurídicos, foram registradas as provisões em montantes considerados suficientes pela Administração, na rubrica de "Outras obrigações fiscais e previdenciárias - provisões para contingências fiscais" no montante de R\$ 23.642 (R\$ 24.907 em 2017), na rubrica de "Outras obrigações - provisões para contingências cíveis" no montante de R\$ 7.981 (R\$ 6.866 em 2017) e "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias - provisão para contingências trabalhistas", no montante de R\$ 11.544 (R\$ 11.746 em 2017).

Provisões para contingências fiscais

O Banco CNH Industrial Capital S.A. vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. As principais ações referem-se a:

- O Banco possui provisionado o montante de R\$ 23.642 decorrentes de ação em que pleiteia restituição da COFINS (Lei nº 9.718/98, artigo 3º). A avaliação dos assessores legais do Banco resultou em uma provável perda.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizam R\$ 57.488, sendo o seguinte processo:

Pagamento de juros sobre o capital próprio. A Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração sobre a glosa dos juros sobre o capital próprio dos anos calendários de 2010, 2011 e 2012 lançados no ano calendário de 2013. O Banco apresentou tempestivamente defesa administrativa, a qual está pendente de decisão.

Provisões para contingências trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R\$ 11.544 (R\$ 11.746 em 2017) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - diversos - provisão para contingências trabalhistas".

Provisões para contingências cíveis

São ações judiciais movidas de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano moral, referentes a protesto e inserção de informação sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R\$ 7.981 (R\$ 6.866 em 2017) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - diversos - provisão para contingências cíveis".

Movimentação das provisões	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo final em 31/12/2017	25.275	12.039	5.094	42.408
Constituição / Reversão	(1.642)	(495)	2.887	750
Atualização monetária	9	-	-	9
Baixas por pagamento	-	-	-	-
Saldo final em 30/06/2018	23.642	11.544	7.981	43.167

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os principais riscos relacionados aos negócios são risco de crédito, de mercado, de liquidez e risco operacional, abaixo definidos:

- (a) **Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.
- (b) **Risco de mercado:** relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do país, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados.
- (c) **Risco de liquidez:** relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira do Banco, em obter recursos para honrar seus compromissos.

Visando à eliminação de parte do risco de oscilações de taxas de juros ocasionadas, em virtude de um cenário macroeconômico instável, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de captação pós-fixadas e operando com aplicações (operações de crédito) com taxas prefixadas, o Banco realizou operações de swaps que permitem o controle e/ou manutenção dos *spreads* esperados nas referidas operações.

Os contratos de swaps, firmados com outras instituições financeiras, estão registrados na CETIP S.A. - Mercados Organizados.

a) Instrumentos financeiros derivativos (swap)

Contratos de swaps	2018			
	Valor referencial (contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Ativos DI x Passivos Pré (*)	330.759	(2.406)	(4.941)	(2.535)
Total	330.759	(2.406)	(4.941)	(2.535)

Contratos de swaps	2017			
	Valor referencial (contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Ativos DI x Passivos Pré (*)	270.002	(975)	(4.653)	(3.678)
Total	270.002	(975)	(4.653)	(3.678)

(*) Instrumento financeiro classificado como *hedge* de fluxo de caixa, tendo a variação da marcação de mercado contabilizada diretamente no patrimônio líquido.

O valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registrados na conta da "Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos" no patrimônio líquido, bem como o reflexo financeiro das principais transações e compromissos futuros objeto de *hedge* possuem as seguintes faixas de vencimento:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros:				
30/06/2018	(690)	(1.845)	-	(2.535)
30/06/2017	(2.991)	(687)	-	(3.678)

O Banco tem como política a utilização de instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, com o intuito de *hedge*.

O Banco, seguindo as práticas de mercado, capta recursos a taxas pré e pós-fixadas e as aplica, em parte, a taxas prefixadas. Com o objetivo de mitigar as variações nos fluxos de caixa futuro associados ao passivo pós-fixado devido às mudanças nas taxas de juros, o Banco contratou operações de "swap" de taxas de juros em que é pago o valor nominal corrigido por uma taxa de juros fixa e recebe o valor nominal corrigido por uma taxa de juros variável mitigando, assim, risco de taxa de juros do item objeto de *hedge*.

Dessa forma, os instrumentos financeiros derivativos relativos às operações de "swap" visam realizar o "matching" da carteira, imunizando o caixa e o resultado econômico contra variações inesperadas no custo das captações pós-fixadas.

A efetividade do item objeto de *hedge* em relação ao instrumento financeiro derivativo é testada prospectivamente e retrospectivamente, sendo que a parcela não efetiva, quando aplicável é apropriada diretamente ao resultado.

Os controles de risco e exposição utilizam como instrumento a análise de "duration gap's" e "interest rate" e o VAR ("value at risk").

Quando o *gap* ultrapassa os limites definidos na Política de Gestão de Risco de Taxas de Juros adotada pelas empresas do Grupo CNH Industrial, novas operações de derivativos são contratadas e/ou revertidas. O acompanhamento sobre os indexadores e seus volumes é realizado diariamente, visando enquadramento na política de risco de mercado adotada pelo Banco.

Os instrumentos derivativos financeiros são marcados a mercado diariamente e por ocasião do fechamento dos balancetes mensais, sempre com observância à sua efetividade. O ajuste do valor justo destes instrumentos é registrado contra o patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, em razão de sua classificação como *hedge* de fluxo de caixa.

b) Movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários

A seguir são apresentadas as movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários constituídos no patrimônio líquido:

	2018	2017
Saldo da reserva do valor justo no final do semestre	(2.535)	(3.678)
Efeitos de imposto de renda e contribuição social	1.141	1.655
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.394)	(2.023)

As perdas lançadas no resultado decorrem da liquidação das operações de instrumentos financeiros, e não pela ausência de efetividade do instrumento de *hedge* no intervalo estabelecido na política de proteção do Banco.

c) Resumo das operações de swap em aberto na data de 30 de junho de 2018

Descrição	Valor referencial	Valor justo
Posição ativa - hedge de fluxo de caixa		
Taxa 100,00% CDI	330.000	343.456
Taxa 110,00% CDI	759	1.261
Total	330.759	344.717
Posição passiva - hedge de fluxo de caixa		
Taxa pré	330.759	349.658
Total	330.759	349.658
Diferencial - hedge de fluxo de caixa		4.941
Valor de mercado		4.941

22. LIMITES OPERACIONAIS

O CMN (Conselho Monetário Nacional), através da Resolução nº 3.490/07, instituiu a forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com efeito, a partir de 1º de julho de 2008. O índice da Basileia para 30 de junho de 2018 é 17,97% (17,85% em 2017).



BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825 - Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035 Fax: (0xx41) 2107-7540

DIRETORIA

HEBERSON GOES
Presidente

ELIAS MENDES
Diretor

JUCIVALDO FEITOSA
Diretor

MARCIO CONTRERAS
Diretor

JOCELI LUCAS
Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ODDONE INCISA
Presidente

VILMAR FISTAROL
Conselheiro

CARLO ALBERTO SISTO
Conselheiro

HEBERSON GOES
Conselheiro

BIANCA BELOTTI
Conselheira

ANDERSON LODOVICO
CRC PR 045.454/O-6 - CPF 004.082.939-18

COMITÊ DE AUDITORIA

ELIAS MENDES
Presidente

HEBERSON GOES
Membro

JUCIVALDO FEITOSA
Membro

CRISTINA SCATOLIN QUIRINO
CRC PR 055.349/O-4 - CPF 006.780.869-74

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco CNH Industrial Capital S.A, composto pelos membros nomeados pelo Conselho de Administração, é o órgão estatutário responsável por (i) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas das principais áreas do Banco, da auditoria interna e auditoria independente.

Desde março/2018, em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, com a instituição do Comitê de Riscos, este passou a avaliar e supervisionar a aderência às políticas e estratégias de gestão de riscos, assim como propor alterações quando necessárias.

A área contábil do Banco CNH Industrial é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A auditoria interna é responsável por identificar e avaliar os principais riscos a que está exposto o Banco CNH Industrial Capital S.A em suas operações, bem como analisar os controles utilizados na mitigação desses riscos. É de sua competência, também, verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem as operações auditadas.

A área de Controles Internos atua visando garantir o adequado ambiente de Controles Internos na organização e as de Compliance e BNDES e Produtos acompanham a publicação de normas para avaliar possíveis desdobramentos para a instituição.

A Ouvidoria atua de forma a assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e como canal de comunicação entre a Instituição e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

A Ernest & Young Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Principais Atividades

Neste semestre foram realizadas reuniões obedecendo a um cronograma previamente estabelecido com a participação de representantes das áreas financeira/contábil, controles internos e compliance, auditorias interna e independente. Os assuntos tratados nas reuniões foram registrados em atas, e fazem parte deste relatório em sua versão completa.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados aos sistemas de controles internos, aspectos contábeis, provisões, contingências, além de recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes de auditorias interna e independente, oportunidades em que verificou o cumprimento dos seus planejamentos, conheceu o resultado dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

O Comitê de Auditoria revisou os Relatórios da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e discutiu com a Auditoria Independente os resultados de seus trabalhos.

Conclusão

Assim, com base nas informações recebidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

Os sistemas de controles internos são adequados ao porte e à complexidade dos negócios do Banco CNH Industrial Capital S.A e objeto de permanente atenção por parte da administração;

A Auditoria Interna é efetiva, independente e responde adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria;

A Auditoria Independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;

As demonstrações contábeis de 30/06/2018 do Banco CNH Industrial Capital S.A foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data. Por estas razões o comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras.

Curitiba, 23 de agosto de 2018.

Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do Banco CNH Industrial Capital S.A. - Curitiba - Paraná

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaborada sob responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação nas demonstrações contábeis está sendo apresentada de forma voluntária pelo Banco, uma vez que não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de agosto de 2018.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6